

# Economia

**COMBUSTÍVEIS** Ministério da Fazenda envia parecer ao STF em que aponta falhas da medida provisória que instituiu tabela mínima de frete

# Fazenda critica tabelamento

**B**RASÍLIA E RIO – O Ministério da Fazenda enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) em que critica a medida provisória que instituiu o tabelamento de preços mínimos do frete rodoviário. A manifestação foi elaborada pela Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência (Seprac), vinculada à pasta, no âmbito das ações que questionam a Medida Provisória 832/2018, apresentadas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Associação do Transporte Rodoviário de Cargas do Brasil (ATR Brasil), contra o tabela de frete.

No parecer, a secretaria diz que a MP 832 reintroduziu o tabelamento a um setor de livre concorrência sem a devida análise do impacto e que não conseguirá assegurar "existência digna" para os trabalhadores do transporte rodoviário. De acordo com a manifestação, seria necessário o Poder Público supervisionar o programa para assegurar que o tabelamento fosse em prol do interesse público e não apenas para proteger "interesses privados de setores rentistas interessados em se esquivar da livre competição".

Esse controle deveria ser feito antes de a medida entrar em vigor, o que não ocorreu, e depois, o que também não estava previsto. "Sem essa supervisão ativa, o tabelamento seria tão somente um acordo privado de fixação de preços ou um cartel institucionalizado pelo Estado", completa a manifestação.

Apesar de afirmar que a implementação de políticas públicas que vão de encontro à livre concorrência não serem ilegais "per se", o Ministério da Fazenda entende ser necessário que o afastamento da concorrência seja feito na "menor amplitude possível e pelo me-



**TRANSPORTE** Para órgão ligado ao ministério, tabelamento seria cartel institucionalizado pelo Estado

**Manifestação foi elaborada por secretaria ligada à concorrência da Fazenda**

nor lapso de tempo possível". O parecer lembra ainda que, em 2017, a extinta Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda já havia se posicionado contra um projeto de lei que previa a criação de tabela de preços mínimos para o frete, dizendo que ele poderia restringir significativamente as condições de competição do setor de transporte.

**ESTUDO**  
O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES) publicou em seu site um estudo mostrando que não há evidência suficiente para a acusação de que teria sido um dos estopins para a greve dos caminhoneiros, que teve impactos graves na economia.

Alguns economistas apontaram como a origem da greve a expansão da frota de caminhões ocorrida no período entre 2009 e 2015, quando vigorava o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que teria tido impacto no preço do frete para baixo, não deixando espaço para aumento de custos.

O frete, no entanto, segundo dados fornecidos ao BNDES pela Agência Nacional de Transportes (ANTT), entre 2011 e 2016 tinha preço médio de R\$ 150,1 por distâncias médias de 800 quilômetros, valor superior aos R\$ 140 em 2016. "Qualquer excesso de oferta deveria, a rigor, reduzir o preço relativo do produto. No entanto, nota-se que o preço relativo do frete não teve o esperado movimento baixista", explica o banco. "Não há evidên-

cia suficiente que ampare a existência de um significativo excesso de oferta de caminhões no Brasil", diz o estudo, informando que no período 2011-2017, a frota nacional de caminhões teve um incremento de 2,8% ao ano.

O PSI, criado em 2009 para estimular a produção após a crise de 2008, que reduziu em cerca de 20% os investimentos no Brasil, praticava taxas de juros variáveis. "Mesmo com a taxa baixa houve uma retração de 38% em 2012 na produção de ônibus e caminhões no País e os licenciamentos caíram 19%", informa o banco.

O BNDES admite porém que elevou sua importância no escoamento da produção de ônibus e caminhões durante o PSI. Entre 2009 e 2015, o banco respondeu por pouco mais de 70% dos fluxos de financiamento para vendas de caminhões e ônibus. Com o fim do PSI e, posteriormente, a introdução da TLP, a participação do BNDES caiu para 58% no segmento.

## Tabela mínima de frete

Entenda a controvérsia gerada pela medida:

A recente tabela de fretes da ANTT determina preços mínimos para o transporte rodoviário, e gerou controvérsia com o agronegócio e a indústria, que se queixaram do aumento dos preços.



Tudo começou com a Medida Provisória 832, publicada na madrugada de domingo (27) para segunda-feira, em meio à crise. Parte de um pacote de negociação com caminhoneiros, a medida determinou que a ANTT tabelaria os preços de frete, para garantir uma renda mínima à categoria.

**1 - A tabela que está valendo é a primeira que foi publicada, mas mesmo isso é incerto.**

A ANTT publicou os preços mínimos em 30 de maio. Após críticas do setor produtivo, a tabela foi substituída e depois revogada porque desagradou os caminhoneiros.

O problema é que, quando cai uma norma que foi publicada revogando outra (a segunda tabela revogando a primeira, no caso), a primeira não volta a valer automaticamente.

"Técnicamente, portanto, estamos esperando uma nova resolução da ANTT", diz Henrique Frizzo, sócio do Trench Rossi Watanabe.

**2 - A Constituição brasileira permite tabelamento de preços em só algumas situações.**

Quando um serviço é um monopólio natural do Estado, como o transporte ferroviário, a Constituição determina que ele seja explorado por uma concessão pública. Nesse caso, é possível tabelar preços. E o que acontece com eletricidade e telefonia.

**3 - Os preços de frete são muito inconsistentes, já que os períodos de baixa geram muita demanda em algumas regiões.**

Segundo caminhoneiros, a tabela é importante nos momentos de entressafra, quando a demanda por transporte é menor e os preços do frete caem. "Na safra falta caminhão e os caminhões somem, daí é difícil. O problema é quando sobra caminhão", diz Wallace Landim, do Chorão, que liderou manifestações durante a paralisação de caminhoneiros em maio.

**4 - Segundo a tabela, quem contrata transporte é responsável por pagar o retorno do caminhão vazio, quando não houver carga para o caminhoneiro trazer de volta.**

Segundo a CNA, com o pagamento desse adicional pelo retorno, os preços aumentariam até 150%.

Para José da Fonseca Lopes, presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), essa exigência torna a tabela irrealista.

**5 - Se eu pego um táxi daqui até ali, ele tem o risco de voltar sozinho. Isso já está incorporado nos custos fixos do caminhoneiro."**

**6 - Foram protocoladas mais de 40 ações judiciais contra a tabela, mas o STF suspendeu todas para julgar o caso e uniformizar o entendimento da Justiça.**

Na noite desta quinta-feira (14), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux suspendeu todas as ações até que a Corte decidisse se a MP 832 é inconstitucional ou não.

# Sindaçúcar fala sobre polêmica

Segundo cálculos do presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool (Sindaçúcar-PE), Renato Cunha, se as usinas pudessem vender o etanol hidratado diretamente aos postos de combustíveis, o preço do produto para o consumidor poderia cair entre R\$ 0,15 e R\$ 0,20 por litro. Junto com outras seis entidades que reúnem produtores de álcool do Nordeste, o Sindaçúcar-PE emitiu uma nota conjunta para rebater argumentos de alguns produtores do sul, divulgados ontem pela imprensa, que querem manter o mercado como é atualmente: com as usinas tendo que vender o etanol para distribuidoras, que então repassam o combustível vegetal ao revendedor final.

A Plural, que reúne as cinco maiores distribuidoras de combustíveis do País, também rejeita a proposta. Na próxima semana, o senado vai votar o Projeto de Decreto Legislativo 61/2018, que autoriza a venda direta de etanol hidratado de usinas para os postos.

"Esta proibição vem desde a criação do Pró-álcool pelo governo, há 40 anos. Já merecia ser revista há muito tempo. O mercado se modernizou, o processo de distribuição também precisa se modernizar", argumenta Renato Cunha.

Como exemplo da intrincada logística que hoje é obrigatória para que o etanol chegue aos postos, o combustível vegetal produzido em uma usina em Timbaúba não pode abastecer diretamente um posto na vizinha cidade de Goiana.

"O etanol tem que fazer uma viagem de cerca de 150 quilômetros, até Suape, em Ipojuca, para uma simples troca de nota na base da distribuidora para então voltar a Mata Norte. Não há análise de qualidade, nada, só uma viagem de 300 quilômetros, ida e volta. Um atraso em termos de racionalização de custos", diz Renato Cunha.

Os produtores de álcool do Nordeste não estão contra as distribuidoras. A medida de flexibilizar a distribuição serviria apenas para o etanol hidratado (utilizando como combustível nos carros com motor flex). Já o etanol anidro (sem adição de água), continuaria seguindo para a base de distribuição, no porto de Suape, para ser adicionado à gasolina.

O governo anunciou ontem, que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), criaram um grupo de trabalho para estudar a viabilidade de mudanças na estrutura do mercado de combustíveis do Brasil.

**QUINTA BEIRA RIO**

**UM APARTAMENTO COM ESTA VISTA. ESTÁ AÍ O MOTIVO QUE VOCÊ QUERIA PARA SE MUDAR.**

Apartamentos com

**105,7m<sup>2</sup>**

**3** quartos,  
1 suíte

**2** vagas de garagem

Área de lazer completa

VISTA DO APARTAMENTO

**ATÉ 30/06, GANHE OS SEUS MÓVEIS PLANEJADOS.\***

**PRONTO PRA MORAR**

AV. BEIRA RIO,  
165 - MADALENA.

**Freitas**

freitasconstrucoes.com.br

HABITE-SE NÚMERO 740003516, EM 14/06/2018.  
\*Verificar projeto disponível com o corretor de planta ou na Freitas. Prazo de entrega de 60 dias, após a assinatura do contrato junto a Nova Móveis Planejados. Móveis para cozinha, quartos e banheiros.

PLANTÃO DE VENDAS: 9 8114.8282